



**AO COORDENADOR/PREGOEIRO DE LICITAÇÃO DA EMPRESA
MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA – EMAP**

Assunto: RECURSO ADMINISTRATIVO nos autos da LICITAÇÃO LRE ELETRÔNICA N° 013/2023 – EMAP.

BALTA ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 24.304.843/0001-40, com sede na Rua Bacanga, nº 24, Conjunto Vinhais – São Luís-MA, representada pelo seu sócio administrador ANTONIO ALBUQUERQUE NETO, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 02723422200-45 SSP-MA, CPF nº 075.422.673-53, por meio de seu advogado que esta subscreve (documento procuratório anexo), com escritório constante no rodapé inconformada com a decisão proferida pela Comissão/Coordenação de **LICITAÇÃO LRE ELETRÔNICA N° 013/2023 – EMAP**, que desclassificou a recorrente, vem **INTERPOR RECURSO ADMINISTRATIVO**, pelos motivos que se segue:

DA TEMPESTIVIDADE

Considerando a aplicação do item 11 do edital da LICITAÇÃO LRE ELETRÔNICA N° 013/2023 – EMAP, que trata DOS RECURSOS; item 11.1 que cita o do art. 129 do Regulamento de Licitações e Contratos da EMAP, ao final da Sessão Pública manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, e item 11.2 Declarado o vencedor, qualquer Licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da intimação do ato de julgamento da habilitação, para apresentação das



razões do recurso, devendo contemplar, conforme o caso, além dos atos praticados na fase de habilitação, aqueles praticados em decorrência do julgamento das propostas e da verificação da efetividade da mesma, ficando os demais Licitantes desde logo intimados para apresentar impugnações em igual prazo, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

DOS FATOS

A recorrente participa da LICITAÇÃO LRE ELETRÔNICA N° 013/2023 – EMAP, Processo Administrativo n.º 2177/2023 – EMAP, e em fase de julgamento de proposta, teve sua proposta escolhida como a mais vantajosa no certame, **sendo surpreendida posteriormente com a desclassificação em 08 de março de 2024**, sob argumentos que não se sustentam de acordo com a legislação em vigor e jurisprudência pátria, o que a motiva a apresentar recurso administrativo, pugnando pelo seu conhecimento e provimento, o qual rebate todos os argumentos que levaram a desclassificação, fazendo ponto a ponto cada motivo que levou a desclassificação, como a seguir expõe:

DAS RAZÕES DO RECURSO

MOTIVO 1: apresentado pela Comissão: Pág 3/ 08 de março as 15h06min13seg. Análise das respostas à diligência apresentadas: Quanto a Proposta financeira: 1- Solicitamos a realização de diligência junto à licitante com o intuito de obter esclarecimentos sobre a origem e a abordagem metodológica utilizada na precificação das composições de custos apresentadas na proposta de preço; RESP.: A empresa reiterou sua proposta financeira, porém não ofereceu esclarecimentos sobre a origem e a metodologia empregada na precificação das composições de custo apresentadas. Os valores das composições de custo não são autoexplicativos, não detalhando como foram calculados e não permitindo uma soma direta. Além disso, as primeiras composições de custo não são identificadas em termos de descrição, e a única maneira de confirmar sua associação ao orçamento é comparando-os com os valores finais.

Não procede o argumento trazido pela Comissão da Licitação/Pregoeiro. As composições foram elaboradas na forma que permita definir qualitativa e



quantitativamente as quantidades e os consumos dos insumos (mão de obra, equipamentos, materiais, atividades auxiliares e transportes) cada um com seu custo unitário acrescido da parcela do BDI (bonificação e despesas indiretas) assim resultando no preço final de cada serviço.

A exigência de que as composições de custo sejam autoexplicativas pode ser vista como um requisito adicional que pode aumentar a carga de trabalho para os licitantes, sem necessariamente trazer benefícios significativos para a análise da proposta. Isso ocorre porque as composições de custo geralmente são detalhadas e técnicas, e podem exigir conhecimentos específicos para compreensão total.

A exigência de autoexplicação é considerada redundante, uma vez que as empresas têm o interesse natural de apresentar propostas claras e compreensíveis, a fim de garantir sua competitividade e transparência perante a comissão de licitação.

A proposta apresentada é clara, concisa e atenda aos requisitos e objetivos da licitação quanto ao valor final mais vantajosa e o argumento levantado pela Comissão para desclassificar a recorrente fere o princípio da razoabilidade e da vantajosidade.

É importante ressaltar que a razoabilidade também está relacionada à proporcionalidade entre os meios utilizados pela administração pública e os fins que se pretende alcançar. Portanto, se a proposta da recorrente está de acordo com os critérios estabelecidos e não há indícios de irregularidades ou inadequações significativas, a desclassificação com base na falta de autoexplicação das composições de custo é considerada desproporcional e injusta.

A licitação não é um fim em si, mas sim um procedimento destinado a selecionar a proposta mais vantajosa visando uma contratação futura.

Essa análise ganha um reforço na situação concreta, porque o possível vício tem relação com falha na indicação de custo componente da planilha de formação de preços. **A esse respeito, é preciso considerar o caráter instrumental da planilha de custos que é, tão-somente, indicar os componentes que incidem na formação do preço.**



A ideia acima foi incorporada na Lei nº 14.133/2021, que institui o novo regime de contratação pública da Administração direta, autárquica e fundacional:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

(...)

III – o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

É tendo esse objetivo como norte que a jurisprudência e doutrina mais recentes têm orientado uma atuação administrativa pautada no formalismo moderado, reconhecendo que, no âmbito das licitações, o instrumento convocatório não representa um fim em si mesmo, mas sim um instrumento para se atingir aquele objetivo almejado.

Nesse sentido, cumpre registrar que o E. Superior Tribunal de Justiça já passou a validade desse entendimento, conforme se verifica no julgado a seguir:

Consoante ensinam os juristas, o princípio da vinculação ao edital não é 'absoluto', de tal forma que impeça o judiciário de interpretar-lhe, buscando-lhe o sentido e a compreensão e escoimando-o de cláusulas desnecessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar, da concorrência, possíveis proponentes, ou que o transmute de um instrumento de defesa do interesse público em conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele, objetiva a administração. [...] o formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes. Segurança concedida. (STJ – 1ª SEÇÃO, MS 5418-DF, REL. MIN.DEMÓCRITO REINALDO, DJU 1.6.98, P.24)



A constitucionalidade dessa exegese já foi, inclusive, reconhecida pelo próprio Supremo Tribunal Federal, em importante julgado da lavra do Min. Sepúlveda Pertence. Vejamos:

Se a irregularidade praticada pela licitante vencedora, que não atendeu a formalidade prevista no edital licitatório, não lhe trouxe vantagem nem implicou prejuízo para os demais participantes, bem como se o vício apontado não interferiu no julgamento objetivo da proposta, não se vislumbrando ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública, correta é adjudicação do objeto da licitação à licitante que ofereceu a proposta mais vantajosa, em prestígio do interesse público, escopo da atividade administrativa. (STF – RMS 23714/DF, rel. Min. Sepúlveda Pertence, j. em 05.09.2000, publicado no DJ de 13.10.2000, p.21)

Desta forma, não merece o argumento da Comissão/Pregoeiro/Coordenador de licitação que levou a desclassificação, cabendo a reforma para manter a classificação da recorrente.

Com relação a supostas irregularidades indicadas pelo Pregoeiro, no que tange a planilha, poderá ser corrigida inclusive em sede de recurso administrativo.

MOTIVO 2: apresentado pela Comissão: Pág 2/ 08 de março as 15h06min24seg

2- Necessário a aplicação da fórmula TRUNCAR, conforme orientação do TCU; RESP.: Não foram fornecidos o arquivo em excel revisado, contudo após verificação visual rápida identificamos que a fórmula truncar não foi aplicado em sua totalidade, conforme orientação do TCU. Como podemos evidenciar na multiplicação das linhas de serviço: 2.2.6 Multiplicação de 6 unidxmês x R\$ 3.628,66 = R\$ 21.771,96 contudo no arquivo em pdf temos o valor de R\$ 21.771,98. 2.2.7 Multiplicação de 3 mês x R\$ 1.276,63 = R\$ 3.838,89 contudo no arquivo em pdf temos o valor de R\$ 3.838,88. 2.2.8 Multiplicação



de 500 m x R\$ 9,93 = R\$ 4.965,00 contudo no arquivo em pdf temos o valor de R\$ 4.962,50.

Não merece prosperar o argumento acima apresentado pela Coordenador/Pregoeiro da licitação. Em relação a aplicação da fórmula TRUNCAR, foi realizado a correção pela recorrente conforme solicitado, enviado através do e-mail com as correções em formato PDF, **sendo que a planilha em Excel não foi enviada por que não foi solicitada na NOTIFICAÇÃO DE DILIGÊNCIA do dia 20 de fevereiro de 2024.**

Compete ainda esclarecer que os valores não estão discrepando do já apresentado na proposta vencedora, já a variação de valores não foi para maior da proposta original, o que evidencia AUSÊNCIA DE prejuízo a Administração Público.

Nesse sentido o acórdão do Tribunal de Contas da União:

Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado. (Acórdão 1.811/2014 – Plenário).

A proposta foi enviada em Excel, sendo que após a proposta ter sido escolhida vencedora, foi marcada nova sessão para negociação, conforme item 1.2.2 do edital, propondo a recorrente um preço mais baixo nesta sessão, ocasião em que foi aberta diligência a para que fosse apresentada adequação da planilha ao novo valor.

No caso, foi aberta diligência para a recorrente, apresentasse a planilha com a fórmula TRUNCAR, sendo encaminhada com o atendimento da solicitação e em formato PDF.

Diante dessa situação, caberia a Comissão/Pregoeiro/Coordenador da licitação, proceder a diligência junto ao recorrente, para juntar a planilha em excel e não sumariamente desclassificar a empresa.

O próprio TCU, afirma que em situação mais detalhada, como erros de cálculos, não seria suficiente para desclassificação, quanto mais no caso em tela, que não altera a proposta mais vantajosa e que se sagrou vencedora,

Tel: (98) 98565-3142

thausertheodoro@gmail.com

Rua Bacanga, 24, Qd. E, conjunto Vinhais, São Luís/MA.



em que o envio de documento em PDF em vez de LXS, que são apenas extensão de arquivo, e que poderiam ser suprido com a diligência.

Já consolidado a ideia de que nas licitações públicas, o mais importante é o resultado pretendido, não o processo burocrático.

Nesse sentido acórdãos do Tribunal de Contas da União:

A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratantes realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. (Acórdão 2.546/2015 – Plenário).

O TCU emitiu o Acórdão n. 1211/2021-P, com a seguinte ementa:

Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), NÃO ALCANÇA documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais



comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

A partir do envio da planilha em PDF, **o pregoeiro não abriu para realização de diligência**, desclassificando sumariamente o licitante, ora recorrente, o que fere o interesse público.

Motivo 3. Pág 2/ 08 de março as 15h06min35seg

3- Confirmação sobre a não aplicação de BDI nos custos do orçamento, divergindo ao modelo apresentado pela EMAP para ser seguido como base. RESP.: Verificamos a aplicação do BDI internamente na composição de custo, nas primeiras composições, contudo divergindo com as orientações do TCU de aplicação do BDI sobre o valor fechado da composição além da utilização da fórmula truncar. Sem o arquivo em Excel ficamos impossibilitado de verificar mais detalhes. 4- Solicitamos esclarecimentos quanto a aplicação dos Encargos Sociais. RESP.: Indicação de aplicação de encargos Horista na mão de obra Mensalista nas primeiras composições, continuaram sem explicar a motivação ou realizar a correção.

Nesse caso, cabe interpor recurso em relação a aplicação do BDI dentro da composição de custos, já que foi feita com a Fórmula TRUNCAR na relação =TRUNCAR (preço unitário x 1,25 (bdi); arredondando para 2 casas decimais), resultando no valor total do serviço, e como citado acima não foi enviado o arquivo em excel por que não foi solicitado na NOTIFICAÇÃO DE DILIGÊNCIA do dia 20 de fevereiro de 2024. Assim como a aplicação dos encargos sociais que foi corrido na planilha.

Cabe registrar que a Planilha em Formato XLS, foi enviada por email, no dia 15 de março do corrente ano, e que eventual divergência no formato do arquivo pode ser suprido inclusive na fase de recurso administrativo, no qual o arquivo no formato xls é reenviado em anexo, considerando que tal situação não afeta a proposta vencedora e atende ao interesse público que é a escolha da proposta mais vantajosa.



MOTIVO 4. Pág 2/ 08 de março as 15h06min44seg

4 - Quanto a análise Técnica: 5- Informações quanto a CAT 891786/2023, os anexos estavam ilegíveis, realizamos o download do site do CREA e não identificamos o atendimento ao requisito técnico solicitado, solicitamos esclarecimentos quanto a esta CAT. RESP.: A referida CAT não apresentação quantitativos suficientes de modo a atender ao quantitativo solicitado.

Interpomos também recurso, já que não procede o argumento acima. A CAT de Nº 891786/2023, contempla uma área de 2.032,02 m², mas a gerencia de projetos da EMAP descontou uma área de 616,00 m² das tramas itens 4.3 e 4.3 de planilhas diferentes, praça de esportes e praça de eventos como podemos ver na Pág 2/ 08 de março as 15h07min04seg Trama de aço: 360 + 256 = 616 m² ou Telhamento com telha metálica: 791,12 m². Em nenhum dos casos é possível atender ao solicitado no edital. Considerando apenas 791,12 m² da praça de esportes item 4.4, portanto deixando de incluir uma área existente de 460,00 m² na praça de eventos itens 4.1 e 4.42 da referida CAT, **sendo que o somatório dessas duas áreas acima totalizam 1.251,12 m² contemplando a área mínima exigida nas páginas no 70 e 71 do edital.**

No caso, o argumento levantado pela Coordenador/pregoeiro da licitação não poder ser motivo para desclassificação, considerando o atendimento da área mínima exigida no edital.

MOTIVO 5. Informações quanto a CAT 897829/2023 que cita na descrição a elaboração de projeto Básico e Executivo, contudo na planilha anexa cita somente o projeto executivo. RESP.: A empresa deve evidenciar a elaboração do Projeto Básico vincula à CAT apresentada. Apesar de caber diligências para sanar os pontos identificados acima, informamos que o não houve o total atendimento à Capacidade Técnico-Operacional, no que tange aos requisitos:

RECORRO: Quanto a CAT Nº 897829/2023, comunicamos que o projeto básico e o executivo estão evidenciados no ATESTADO DE CAPACIDADE



TÉCNICA e na CAT no campo de observação, como mostram as figuras abaixo.

____ Observações ____

Elaboração de Projeto Básico e Executivo de Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 10 m³/h, da cidade de Magalhães de Almeida - MA

____ Informações Complementares ____

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 19 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 897829/2023
12/12/2023, 08:47
B71Aa

Atestamos para os devidos fins que a Empresa **BALTA ENGENHARIA LTDA**, com sede na Rua Bacanga Nº 24, Bairro: Residencial Vinhais II, São Luis-MA CEP 65.074-193, CNPJ Nº 24.304.843/0001-40, representada pelo sócio Srº. Antônio de Albuquerque Neto, Brasileiro, Solteiro, 0272342220045 SSP/MA, CPF Nº 075.422.673-53; Através do seu Engenheiro Ambiental, **MATEUS COSTA DE AGUIAR**, brasileiro, casado, residente na Avenida Santos Dumont, S/n, Tirirical, no município de São Luis - MA, CREA Nº **111973023-6**, EXECUTOU OS SERVIÇOS ABAIXO DESCRIMINADOS, E PLANILHA EM ANEXO.

DESCRIÇÃO DA OBRA: ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO COM VAZÃO DE 10 M³/H, DA CIDADE DE MAGALHÃES DE ALMEIDA – MA.

ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO: SEDE DO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES DE ALMEIDA.

QUANTIDADES:

ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO: **01 UNIDADE**

ART DE PROJETO Nº: MA20230712127

PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PROJETO: 01/08/2023 a 28/11/2023.

NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: MATEUS COSTA DE AGUIAR



É importante ressaltar que ao se falar em capacidade técnica operacional o detentor da CAT desempenhou os serviços a partir do registro no CREA com a empresa Balta Engenharia, como mostra a certidão de registro de quitação da empresa com o CREA, **onde esta no quadro o Profissional Mateus Costa de Aguiar, Registro 1119730236MA Engenheiro Ambiental.**



CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CPF: 588.***.***-49
Data Início: 24/07/2023
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Títulos do Profissional:
GEÓLOGO
Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

Profissional: LUIS DE JESUS JARDIM
Registro: 1107609534
CPF: 437.***.***-88
Data Início: 02/08/2022
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Títulos do Profissional:
ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ART. 7 DA RESOLUÇÃO 218, DE 29/06/73, DO CONFEA.
ESPECIALIZAÇÃO EM INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES E RODOVIAS
Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

Profissional: MATEUS COSTA DE AGUIAR
Registro: 1119730236
CPF: 609.***.***-09
Data Início: 16/02/2024
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Títulos do Profissional:
ENGENHEIRO AMBIENTAL
Atribuição: ART 2 DA RES 447 DE 22 09 2000, DO CONFEA.
Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

Sócios

Sócio: JOSE BATISTA SOUSA JUNIOR
CPF: 801.***.***-91
Função: EMPRESARIO

Sócio: ANTONIO DE ALBUQUERQUE NETO
CPF: 075.***.***-53
Função: EMPRESARIO

A CAT de Nº 897829/2023 também satisfaz o item II da página 70 do edital onde fala (elaboração de projeto básico e executivo de infraestrutura viária ou infraestrutura em esgotamento urbano) “rede coletora de esgoto”.



Para este mesmo item II da página 70 do edital onde fala (elaboração de projeto básico e executivo de infraestrutura viária ou infraestrutura em esgotamento urbano) "pavimento rígido" também temos a CAT 897944/2023 que se trata de Pavimentação em Concreto, que é um pavimento rígido e também faz parte da infraestrutura viária.

MOTIVO 6. Licitante não comprovou a elaboração do projeto Básico. Passível de diligência. III. Elaboração de projeto Básico e Executivo de Pavimentação Rígida com área mínima de 1.000,00 m² Licitante comprovou a elaboração do projeto Básico e Executivo com 11.000 m² superior ao solicitado em Edital. Licitante encontra-se NÃO CONFORME ao atendimento dos requisitos de qualificação técnica operacional.

O motivo acima também não se sustenta. É importante ressaltar que a CAT Nº 897944/2023 do Profissional, **o Engenheiro LUIS DE JESUS JARDIM CREA 1107609534MA, especializado em infraestrutura de transportes e rodovias, no qual faz parte do quadro da empresa Balta Engenharia LTDA desde 02/08/2022**, e portanto, comprova que a qualificação técnica operacional existe, como exigido no edital, página 70 item III (Elaboração de projeto básico e executivo de Pavimentação Rígida com área mínima de 1.000 m²). **A CAT acima contempla uma área 11.000 m² 10x maior que o mínimo exigido em edital (1.000,00 m²), estando em conformidade, não havendo motivos para desclassificação da recorrente.**

Assim, solicitamos a esta comissão que seja habilitado a empresa BALTA ENGENHARIA LTDA,



tipos de pavimentação para infraestrutura viária



Imagens

Compras

Vídeos

Notícias

Livros

Maps

Voos

Finanças

Cerca de 3 040 000 resultados (0,35 segundos)

Existem três tipos de pavimentação para obras públicas. De acordo com Isidoro Villibor, diretor da Engeplan, o pavimento flexível é feito com bases granulares e revestimento asfáltico. Já o semirrígido tem base cimentada e revestimento flexível – asfalto. E o rígido são as placas de concreto. 04/04/2014

Tel: (98) 98565-3142

thausertheodoro@gmail.com

Rua Bacanga, 24, Qd. E, conjunto Vinhais, São Luís/MA.



O que é uma infraestrutura viária?



Imagens

Vídeos

Compras

Notícias

Livros

Maps

Voos

Finanças

Cerca de 11 300 000 resultados (0,32 segundos)

É todo o conjunto de serviços básicos em uma cidade como telefone, água, gás, luz, transporte público em geral (aeroportos, portos, rodovias, ferrovias) e rede de esgoto - sistemas indispensáveis ao bem-estar e qualidade de vida da população. A **infraestrutura** é essencial para o desenvolvimento econômico.

MOTIVO 7: Pág 2/ 08 de março as 15h06min54seg

Elaboração de projeto Básico e Executivo de cobertura em estrutura metálica com área mínima de 1.250,00 m²; A licitante cometeu um erro ao realizar a soma, pois não é apropriado somar partes individuais de um projeto quando os serviços estão incluídos na mesma cobertura. Por exemplo, não é correto somar a estrutura metálica galvanizada com a trama de aço composta. Na imagem fornecida, podemos identificar as tesouras, que correspondem ao item 4.2 Estrutura Metálica Galvanizada, e os caibros e ripas, correspondentes ao item 4.3 Trama de Aço. Na documentação da CAT mencionada, especificamente nas páginas 19/28 e 21/28 (19/29 pagina correta), é indicado que o somatório deve ser realizado considerando a projeção vertical da cobertura como um todo, em vez de suas partes individuais. Assim, o cálculo adequado seria:

Trama de aço: $360 + 256 = 616$ m² ou Telhamento com telha metálica: 791,12 m². Em nenhum dos casos é possível atender ao solicitado no edital.

Não procede o argumento acima e neste ponto recorreremos, pois a soma correta se daria por $180+360+125+256+731,12$ que dá igual a 1.712,12, são serviços individuais sem ter que somar como mostra as composições em ANEXO I, a CAT 891786/2023 para estruturas metálicas contempla o básico e executivo e de acordo com o contrato existente no processo administrativo, celebrado entre a empresa Balta Engenharia e a Prefeitura de Presidente Dutra – MA, segue em ANEXO I, clausula do contrato.

Tel: (98) 98565-3142

thausertheodoro@gmail.com

Rua Bacanga, 24, Qd. E, conjunto Vinhais, São Luís/MA.



CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, requer seja recebido o presente recurso, para o exercício do juízo de retratação, ou não havendo seja encaminhada a autoridade superior para julgamento, **pugnando pelo provimento do recurso para CLASSIFICAR a empresa BALTA Engenharia**, já que os argumentos levantados para sua desclassificação são insubsistentes.

Nestes Termos, pede deferimento.

São Luís-MA, 09 de abril de 2024.

THAUSER BEZERRA THEODORO

OAB-MA 5859